

AGROVIA DO NORDESTE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

AGROVIA DO NORDESTE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Agrovia do Nordeste S.A.
Ipojuca - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Agrovia do Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrovia do Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 12.663 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 76.926 mil, além de apresentar passivo a descoberto no montante de R\$ 24.523 mil.

Também conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde a aprovação pelo Conselho de Administração em 3 de julho de 2019, a Companhia desenvolveu diversas ações junto ao poder concedente no sentido de proceder a rescisão do contrato de arrendamento CT nº 029/2012, celebrado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (“SUAPE”). Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020 foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, evento formalizado em 21 de agosto de 2020 com a entrega da área para Suape. Com esta medida todas as obrigações contratuais do contrato de arrendamento foram suspensas, devendo a rescisão contratual ocorrer após a verificação quanto a eventual descumprimento das obrigações contratuais pela Companhia e seus efeitos. O montante a ser indenizado informado na citada Nota Explicativa ainda não tem definidos sua forma e momento de realização.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 20 de março de 2024.

Agrovia do Nordeste S.A.
 Balanços patrimoniais
 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	55	80	Fornecedores e contas a pagar	8	1.760	1.758
Tributos a recuperar	6	5	2.171	Debêntures	9	74.924	63.306
		<u>60</u>	<u>2.251</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		54	30
				Impostos, taxas e contribuições sociais	10	248	207
						<u>76.986</u>	<u>65.301</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	7	56.256	54.089	Partes relacionadas	11	3.707	3.363
Intangível		1	5	Impostos, taxas e contribuições sociais	10	147	413
		<u>56.257</u>	<u>54.094</u>			<u>3.854</u>	<u>3.776</u>
				Total do passivo		<u>80.840</u>	<u>69.077</u>
				Passivo a descoberto			
Total do ativo não circulante		<u>56.257</u>	<u>54.094</u>	Capital social	12 (a)	65.069	64.197
				Prejuízos acumulados		(89.592)	(76.929)
						<u>(24.523)</u>	<u>(12.732)</u>
				Total do passivo e passivo a descoberto		<u>56.317</u>	<u>56.345</u>
Total do ativo		<u><u>56.317</u></u>	<u><u>56.345</u></u>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrovia do Nordeste S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(12.663)	(10.782)
Resultado abrangente do exercício	<u>(12.663)</u>	<u>(10.782)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrovia do Nordeste S.A.
Demonstrações dos resultados
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Operações descontinuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	<u>(700)</u>	<u>(811)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>(700)</u>	<u>(811)</u>
Resultado financeiro, líquido	14	<u>(11.963)</u>	<u>(9.971)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(12.663)</u>	<u>(10.782)</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)	12 (b)	<u>(0,22)</u>	<u>(0,19)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrovia do Nordeste S.A.
 Demonstrações das mutações do passivo a descoberto
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Subscrito	A integralizar	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Passivo a descoberto
Saldos em 1º de janeiro de 2022		63.484	(128)	63.356	(66.147)	(2.791)
Prejuízo do exercício					(10.782)	(10.782)
Aumento de capital social	12(a)	713	128	841		841
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>64.197</u>	<u>(128)</u>	<u>64.197</u>	<u>(76.929)</u>	<u>(12.732)</u>
Prejuízo do exercício					(12.663)	(12.663)
Aumento de capital social	12(a)	956	(84)	872		872
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>65.153</u>	<u>(84)</u>	<u>65.069</u>	<u>(89.592)</u>	<u>(24.523)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrovia do Nordeste S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais descontinuadas		
Prejuízo do exercício	(12.663)	(10.782)
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações		
Amortização	4	5
Juros e variações monetárias, líquidas	11.962	9.971
	(697)	(806)
Variações dos ativos e passivos		
Fornecedores e contas a pagar	2	(11)
Obrigações sociais e trabalhistas	24	
Impostos, taxas e contribuições sociais	(225)	10
Caixa líquido aplicado nas atividades descontinuadas	(896)	(807)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	872	841
Caixa líquido provenientes da atividades de financiamentos	872	841
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(24)	34
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80	46
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55	80
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(25)	34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Agrovia do Nordeste S.A. (“Agrovia” ou “Companhia”), com sede na cidade de Ipojuca, Pernambuco, foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objetivo a execução do Contrato de Arrendamento nº 029/2012 relativo à área, localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no município de Ipojuca, estado de Pernambuco, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar à granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem, envolvendo investimentos necessários à construção, administração e operação das instalações portuárias do referido terminal. O contrato foi celebrado com prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Companhia iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não se vislumbrava a viabilidade para a manutenção do Terminal, tendo em vista que seriam necessárias mudanças substanciais no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração decidiu paralisar as operações do Terminal.

Assim, em 03 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o início do processo de “Resilição do Contrato de Arrendamento CT nº 029/2012” celebrado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (“SUAPE”), sendo o pedido de resilição protocolado em 27 de agosto de 2019 na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”). A rescisão foi recebida pelo Poder Concedente de forma amigável. O pedido de rescisão considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados e não amortizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Companhia.

Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020, por meio da assinatura de Termo de Recebimento e de relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do contrato de arrendamento foram suspensas.

Em continuidade à esse processo, em 01 de dezembro de 2021, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), publicou o Acórdão nº 722, onde deferiu parcialmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, considerando o valor de R\$ 42.312 a ser devido à Agrovia, na data base de agosto de 2020, líquido da quitação das obrigações de pagamento das Movimentações Mínimas Contratuais – MMC não cumpridas, à razão de 75% da projeção tendencial, e da quitação das obrigações de pagamento de arrendamento variável, ficando a cargo do Ministério da Infraestrutura (“MINFRA”) a definição da melhor forma da liquidação dos valores e avaliar a pertinência da declaração de caducidade do Contrato de Arrendamento. Sobre o valor será aplicada a devida correção contratual, a ser calculada entre a data base e a data da liquidação.

O processo seguiu para avaliação pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão (“DGCO”) da SNPTA, que elaborou uma minuta do Termo de Resilição, a qual foi submetido à análise, sob o aspecto formal, pela Consultoria Jurídica (“CONJUR”) da SNPTA. A minuta do Termo de Resilição prevê, entre outros termos e condições, o dever de liquidação do montante devido à Agrovia por SUAPE.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Da instrução da DGCO/SNPTA foram abordados aspectos afetos a não ocorrência de caducidade e o reconhecimento do valor devido à Agrovia no montante de R\$ 42.312 (data base: agosto/2020) que havia sido apurado pela ANTAQ. Em 31 de dezembro de 2023, tomando por base a atualização pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), o valor do crédito correspondia a R\$ 58.713.

A juridicidade da minuta foi atestada pela CONJUR.

A Administração espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de resilição que possam afetar de forma significativa as demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia é controlada diretamente pela OTP S.A. (“OTP”) e indiretamente pela Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

a) **Compliance**

A Agrovia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

b) **Capital circulante líquido negativo (“CCL negativo”)**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 76.926 (2022 - R\$ 63.050), decorrentes, principalmente, do saldo de debêntures, cujo vencimento vem sendo prorrogado, conforme descrito na nota explicativa nº 10. A Companhia apresentou também passivo a descoberto, no montante de R\$ 24.523, tendo em 2023, incorrido em prejuízos de R\$ 12.663, decorrentes, principalmente, de resultado financeiro negativo. A liquidação dos compromissos se dará mediante o recebimento da indenização proveniente da resilição do contrato de arrendamento e de recursos decorrentes de garantias prestadas pelo acionista controlador.

c) **Apresentação das demonstrações contábeis**

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2024.

2. Principais políticas materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Assim, as demonstrações contábeis da Companhia estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

2.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seu julgamento sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

a) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à construção da infraestrutura, incluindo os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação vinha sendo calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. No entanto, devido à paralisação das operações da Companhia, em março de 2019, a depreciação das Edificações e das Máquinas e Equipamentos foi cessada. De forma complementar, com a entrega da área, por meio do "Termo de Recebimento da Área", ocorrido em agosto de 2020, a depreciação dos demais bens do ativo imobilizado também foi cessada.

b) Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

c) Contingências para causas judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e/ou tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

d) Adoção inicial de novas normas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não impactaram significativamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a saber:

- a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros;
- b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e;
- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros.

e) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, pois a sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2024, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2);
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) e;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2);

A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia depende de aportes financeiros de seus acionistas, principalmente, para comprimir suas obrigações de curto prazo. A Administração participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem podem ser assim sumarizados:

	Nota	2023	2022
Total de debêntures	9	74.924	63.306
Total de partes relacionadas	11	3.707	3.363
Caixa e equivalentes de caixa	5	(55)	(80)
Dívida líquida		78.576	66.589
Passivo a descoberto		(24.523)	(12.732)
Total do capital próprio e de terceiros		54.053	53.857
índice de alavancagem financeira - %		145%	124%

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	2023	2022
		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	5	55	80
		55	80
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e contas a pagar	8	1.760	1.758
Debêntures	9	74.924	63.306
Partes relacionadas	11	3.707	3.363
		80.391	68.427

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	55	80
	<u>55</u>	<u>80</u>

6. Tributos a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda retido a recuperar	5	4
PIS e da COFINS sobre ativos (i)		2.167
	<u>5</u>	<u>2.171</u>

- (i) Em 2023 foi realizado a baixa do crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado.

7. Imobilizado

a) Composição

	Edificações e instalações	Equipamentos de informática	Ferramentas, aparelhos e acessórios	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total do ativo imobilizado
Custo	31.657	112	52	29.442	31	61.294
Depreciação acumulada	(2.144)	(77)	(42)	(4.930)	(12)	(7.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>29.513</u>	<u>35</u>	<u>10</u>	<u>24.512</u>	<u>19</u>	<u>54.089</u>
Depreciação						-
Baixa PIS e Cofins a recuperar	973			1.194		2.167
Movimentação do exercício	<u>30.486</u>	<u>35</u>	<u>10</u>	<u>25.706</u>	<u>19</u>	<u>56.256</u>
Custo	32.630	112	52	30.636	31	63.461
Depreciação acumulada	(2.144)	(77)	(42)	(4.930)	(12)	(7.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>30.486</u>	<u>35</u>	<u>10</u>	<u>25.706</u>	<u>19</u>	<u>56.256</u>

Devido à descontinuidade das operações da Companhia em março de 2019, a depreciação das Edificações e das Máquinas e Equipamentos foi cessada. De forma complementar, com a entrega da área, por meio do “Termo de Recebimento da Área”, ocorrido em agosto de 2020, a depreciação de todo o ativo imobilizado foi paralisada, uma vez que a guarda e a responsabilidade pelos bens móveis e imóveis foi transferida para a Administração Portuária.

Está mantida a depreciação dos equipamentos de informática utilizados pela área administrativo-financeira da Companhia, que considera a taxa anual de 20% a.a.

O processo de entrega dos ativos imobilizados (bens móveis e imóveis) será concluído de forma integral quando do término do processo de resilição, mencionado na nota explicativa nº 1.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2023 foi realizado a baixa do crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado, conforme destacado na nota anterior.

8. Fornecedores e contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de R\$ 1.760 (2022 – R\$ 1.758), representado por obrigações a pagar decorrentes de despesas administrativas, parcelas relativas às Movimentações Mínimas Contratuais (“MMC”) previstas no Contrato de Arrendamento, tributos e despesas decorrentes das debêntures.

Na definição do valor a ser pago à Companhia, a título de reequilíbrio econômico-financeiro, foi considerada a quitação dos débitos pendentes de MMC não cumpridas, à razão de 75% da projeção tendencial.

9. Debêntures

A Companhia emitiu debêntures para a construção do Terminal, no montante de R\$ 35.000, cujos saldos atualizados em 31 de dezembro montam em:

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	2023	2022
1ª	R\$ 10.000,00	13 de dezembro de 2023	Fator CDI + juros de 4,75 a.a.	74.924	63.306
				<u>74.924</u>	<u>63.306</u>

A última prorrogação do vencimento para 13 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), celebrada em 11 de julho de 2023. A Companhia está em avançada negociação amigável com o debenturista para a formalização de uma nova prorrogação e eventual liquidação ao longo de 2024.

a) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	63.306	53.791
Juros provisionados	11.618	9.515
Saldo final	<u>74.924</u>	<u>63.306</u>

b) Principais compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, as cláusulas restritivas dos contratos de financiamento encontravam-se cumpridas pela Companhia.

c) Garantias prestadas

A controladora OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia às debêntures, além de cessões fiduciárias.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos, taxas e contribuições sociais

	2023	2022
Parcelamento de tributos municipais (i)	394	619
Outros tributos	1	1
	<u>395</u>	<u>620</u>
Passivo circulante	248	207
Passivo não circulante	147	413

(i) Em 20 de julho de 2020, foi assinado o “Termo de Compromisso e Confissão de Dívida” junto à Prefeitura Municipal de Ipojuca/PE, referente ao processo de lançamento tributário do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (“IPTU”) e da Taxa de Limpeza Pública (“TLP”), parcelando o valor da dívida em 60 parcelas. Em 2023 foi pago o montante de R\$ 198, restando 18 (dezoito) parcelas a vencer.

11. Partes relacionadas

Os saldos apresentados nessa rubrica se referem a contratos de mútuo celebrados com a OTP, remunerados a 125% do CDI.

	2023	2022
Saldo inicial	3.363	2907
Juros provisionados	344	456
Saldo final	<u>3.707</u>	<u>3.363</u>

Os recursos decorreram da execução de garantias e foram utilizados para a amortização parcial das dívidas.

12. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a) Capital social

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia emitiu 956.000 novas ações ordinárias, no valor de R\$ 956, totalmente subscritas pela acionista OTP, que integralizou, em moeda nacional corrente, 872.000 ações, no montante de R\$ 872. Os recursos foram destinados à cobertura de despesas ordinárias.

Em 31 de dezembro, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias								Capita social			
	Subscritas				Integralizadas				Subscrito		Integralizado	
	2023		2022		2023		2022		2023	2022	2023	2022
OTP S.A.	55.737.447	95,6%	54.781.447	95,5%	55.653.447	95,6%	54.781.447	95,5%	62.585	61.629	62.501	61.629
Rumo S.A.	2.567.751	4,4%	2.567.751	4,5%	2.567.751	4,4%	2.567.751	4,5%	2.568	2.568	2.568	2.568
	<u>58.305.198</u>	<u>100,0%</u>	<u>57.349.198</u>	<u>100,0%</u>	<u>58.221.198</u>	<u>100,0%</u>	<u>57.349.198</u>	<u>100,0%</u>	<u>65.153</u>	<u>64.197</u>	<u>65.069</u>	<u>64.197</u>

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Prejuízo por ação

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía outros instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2023	2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(12.663)	(10.782)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	57.781	56.965
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)	(0,22)	(0,19)

13. Custos dos serviços prestados e despesas gerais administrativas

	2023	2022
Classificadas por natureza:		
Amortização	(4)	(5)
Gastos com pessoal	(239)	(208)
Serviços de terceiros	(339)	(313)
Gastos gerais	(118)	(285)
	(700)	(811)
Classificadas por função		
Gerais e administrativas	(700)	(811)
	(700)	(811)

14. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(11.962)	(9.971)
Outros	(1)	
Resultado financeiro, líquido	(11.963)	(9.971)

15. Seguros

A Companhia manteve seguros de efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de Arrendamento. A partir da entrega da área para à Autoridade Portuária, todas as obrigações contratuais foram suspensas, incluindo as apólices de seguros.

16. Eventos Subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023, o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023, as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

Agrovia do Nordeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 01 de janeiro de 2024, o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Administração não vislumbra impactos decorrentes desta alteração.

* * *